

# **ASISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER) NA VISÃO DOS AGRICULTORES: UM ESTUDO DE CASO DA CHAMADA PÚBLICA “ATER LEITE” NO TERRITÓRIO OESTE CATARINENSE**

Nivio Miguel Toledo Junior<sup>1</sup>

Alice Silva Santana<sup>2</sup>

Bruna Valencio Cavallet<sup>3</sup>

Carlos Eduardo Arns<sup>4</sup>

Juliano Vitória Domingues<sup>5</sup>

Geovani Kostulski<sup>6</sup>

James Luiz Berto<sup>7</sup>

André Luiz Radünz<sup>8</sup>

---

1 Acadêmico do curso de Agronomia, Bolsista CNPq no projeto: Consolidação da abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural sustentável para Santa Catarina, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó, nivio.toledojr@gmail.com.

2 Acadêmica do Curso de Agronomia, Bolsista CNPq no projeto: Consolidação da abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural sustentável para Santa Catarina, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó, alice.ifrr@hotmail.com.

3 Eng<sup>a</sup> Agro<sup>a</sup>, Assessora Territorial de Inclusão Produtiva, NEDET/UFFS, Bolsista CNPq EXP – B, brunacavallet@hotmail.com.

4 Eng. Agro. MS em Desenvolvimento Regional/UNISC, Assessor Territorial de Inclusão Produtiva, NEDET/UFFS, Bolsista CNPq EXP – B, tche@unochapeco.edu.br.

5 Eng<sup>o</sup> Agro<sup>o</sup>, Assessor Territorial de Inclusão Produtiva, NEDET/UFFS, Bolsista CNPq EXP – B, juliano.tche@gmail.com.

6 Acadêmico do curso de Ciências da Computação, Bolsista CNPq no projeto: Consolidação da abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural sustentável para Santa Catarina, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó, geovani2k@yahoo.com.br.

7 Professor Doutor, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó, james.berto@uffs.edu.br.

A assistência técnica e extensão rural (ATER), passou por diferentes períodos, cada um destes fomentando diferentes olhares sobre o rural. Exemplos recentes remetem a crise do modelo da revolução verde que culminou, em uma indefinição do papel do extensionista. Isto porque, a simples difusão de tecnologia, presente até então, não atende às exigências do meio rural. Neste contexto, em meados de 2003, surge a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que preconiza o papel do extensionista voltado ao fortalecimento de processos participativos e a construção de relações dialéticas entre os atores sociais. Já, outras transformações foram percebidas com a Lei de ATER de junho de 2010 regulamentada pelo Decreto nº 7.215, o qual define a contratação de serviços de ATER através de chamada pública, classificando propostas técnicas apresentadas pelas entidades executoras. Em 2013 foi lançada pelo MDA a Chamada Pública SAF/ATER N° 07/2013, visando promover o desenvolvimento sustentável em bacias leiteiras com maior concentração de agricultores familiares, focando em todos os aspectos da produção rural na atividade leiteira a partir do olhar sistêmico. No Território Oeste Catarinense a Chamada contempla 339 Unidades de Produção Familiar (UPF) distribuídas em 9 dos seus 27 municípios. Neste sentido, objetivou-se avaliar a percepção dos agricultores sobre a Chamada “ATER leite”. Utilizou-se o método do estudo de caso, de natureza exploratória e abordagem qualitativa. Foram realizadas entrevistas entre os meses de novembro de 2015 e janeiro de 2016, em 36 UPF indicadas pelos técnicos, definidas entre os agricultores com maiores e menores indicadores de resultados em relação a assistência recebida, sendo 4 de cada município. Os resultados demonstram que antes dessa chamada 28% dos agricultores nunca haviam recebido assistência técnica, os demais (72%) receberam em algum momento, seja pública, privada ou de ONGs. Sendo a assistência técnica pública caracterizada como esporádica. Em relação a assistência promovida pela “ATER leite” os agricultores salientam que as principais orientações técnicas estão relacionadas a produção de leite em Sistema PRV (Pastoreio Racional Voisin), na perspectiva da sustentabilidade conforme preconizava a Chamada. A coerência da ATER fornecida foi considerada alta para 24 UPF, pois atendiam as suas necessidades, em especial a atividade leiteira, enquanto que para 7 UPF a coerência foi média, pois os técnicos não levarão em consideração algumas especificidades da realidade desses sistemas de produção. Ainda, para 5 UPF a coerência verificada foi baixa, estabelecida desta maneira por dificuldades particulares, ou pelo direcionamento a outras atividades produtivas. Com relação a assistência individual 28 agricultores consideraram esta restrita a produção leiteira. Salienta-se a importância do aumento na frequência das visitas ressaltado em algumas UPF, pois considera-se que isto possa aumentar a qualidade nas orientações das atividades propostas. Conclui-se que, de maneira geral, os agricultores dependem da assistência técnica pública e gratuita, bem como, que está atenda a complexidade do sistema de produção. Constatou-se ainda certa limitação do quadro técnico e da proposta metodológica da Chamada. Por outro lado, ficou ressaltado os avanços na qualidade e produtividade da atividade leiteira dos assistidos pela chamada de ATER.

Palavras chave: ATER. Cadeia produtiva do leite. Territórios Rurais.